

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO /2020

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si ajustam a **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO – FENEOSPETRO** (SUB-SEDE TERESINA/PI), CNPJ nº. 69.122.257/0001-12, entidade sindical de segundo grau e pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Arlindo Nogueira, nº. 333, sala 103, Edifício Luiz Fortes, centro, CEP: 64.00-290, Teresina/PI, representando neste ato todos os empregados da categoria no Estado do Piauí e a **FEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DE LUBRIFICANTES - FECOMBUSTÍVEIS**, CNPJ nº 33.954.256/0001-97, entidade sindical de segundo grau e pessoa jurídica de direito privado com sede na v. Rio Branco, 103 - 13º andar - Centro - Rio de Janeiro (RJ), representando neste ato todas as empresas da categoria sediadas no Estado do Piauí, pelos Presidentes que abaixo assinam devidamente autorizados pelas respectivas Assembléias Gerais Extraordinárias e mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SALÁRIO

A partir de 1º de Janeiro de 2020, o "Piso Salarial" dos empregados que laboram no comércio varejista de derivados de petróleo em todo o Estado do Piauí, deverá ser reajustado em 4,31 % (quatro vírgula trinta e um por cento), passando assim o salário mensal da categoria para R\$ 1.084,82 (mil e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), podendo ser compensados todos os aumentos, reajustes legais, antecipações, eventuais reposições salariais e resíduos, concedidos de 1º de Janeiro de 2020 em diante.

Parágrafo 1º - As empresas efetuarão o pagamento dos salários de seus funcionários até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante recibo, podendo haver antecipação de vale salarial correspondente até 50% (cinquenta por cento) do salário, acrescido do adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento), até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo 2º - Fica ressalvado que o 13º salário do empregado deverá ser pago a 1º parcela até 20 de Novembro de 2020 e a 2º parcela até 20 de Dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO GERENTE, CHEFE OU SUPERVISOR DE PISTA E/OU ASSEMBLHADOS

O "Piso Salarial" dos empregados que exercem a função ou cargo de Gerente, Chefe ou Supervisor de pista e/ou assemblhados passa ser de R\$ 1.084,82 (mil e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), acrescido do percentual de 20% (vinte por cento), totalizando a quantia de R\$ 1.301,79 (mil trezentos e um reais e setenta e nove centavos), a partir de 1º de Janeiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE E NOTURNO

As empresas pagarão os adicionais de periculosidade de 30%, insalubridade de 20% (para trocador de óleo) e adicional noturno no percentual de 20% sobre o piso salarial dos empregados, quando no exercício de suas atividades laborais.

CLÁUSULA QUARTA - DO DESCONTO POR EVENTUAIS PREJUÍZOS

Sebastião Oliveira
Diretor-Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP

Alexandre Cavalcanti Valença
CPF 611 068 014 15

Anselmo Barbosa de Miranda Costa
Advogado - OAB/PI 5.820

Jamile de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº7984

Comprovado que o empregado causou prejuízo à empresa, esta poderá efetuar desconto de até 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) incidentes sobre a remuneração mensal deste até a integral satisfação da obrigação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS UNIFORMES E EPI's

As empresas fornecerão, gratuitamente, 02 (dois) uniformes a seus empregados, por ano, quando exigido o seu uso pelo empregador, além dos EPI's, quando necessários, e de acordo com a NR-6 do MTE.

CLÁUSULA SEXTA - DA JORNADA DE TRABALHO E FERIADOS

A jornada de trabalho para todos os empregados no comércio varejista de derivados de petróleo é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ficando opcionais os turnos abaixo:

a) 06 (seis) horas ininterruptas com folga de no mínimo 11 (onze) horas entre jornadas (art. 412/CLT), e intervalo de 15 (quinze) minutos após 04 (quatro) horas de trabalho ininterrupto (art. 71/CLT), devendo ser aplicado o divisor 180 para cálculo das horas extras.

b) 08 (oito) horas com intervalo de 30 (trinta) minutos a 02 (duas) horas (art. 71/CLT c/c art. 611-A, III/CLT), para repouso ou alimentação, e folga de no mínimo 11 (onze) horas entre jornadas (art. 412/CLT), devendo ser aplicado o divisor 220 para cálculo das horas extras.

c) 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas com intervalo de 30 (trinta) minutos a 02 (duas) horas (art. 71/CLT c/c art. 611-A, III/CLT), para repouso ou alimentação, nos termos da Súmula nº. 444, do TST.

Parágrafo 1º - Nos termos do art. 59-A, § único da CLT, a remuneração mensal pactuada para os trabalhadores que exercem seu labor na jornada 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado (DSR) e pelo descanso em feriados, considerando-se compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, tratados no art. 70 e no § 5º, do art. 73, ambos da CLT.

Parágrafo 2º - O trabalhador que exerce seu labor na jornada 12 x 36, após acordo com o empregador e respeitado o período de descanso previsto no art. 66, da CLT, poderá prestar serviço a este por até 6 horas diárias, sendo estas horas remuneradas como horas normais.

d) Todas as modalidades de contratos de trabalho previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e na legislação esparsa são admitidas no âmbito desta convenção coletiva, respeitadas suas particularidades e nos termos da legislação vigente.

e) São considerados feriados, nos termos desta convenção coletiva de trabalho, as seguintes datas: **Ano Novo:** 1º de janeiro (feriado nacional); **Sexta-Feira Santa:** 10 de abril (feriado nacional); **Tiradentes:** 21 de abril (feriado nacional); **Dia Mundial do Trabalho:** 1º de maio (feriado nacional); **Corpus Christi:** 11 de junho (feriado nacional);

Sebastião Oliveira
Diretor Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP

Anselmo Barbosa de Miranda Costa
Advogado - OAB/PI 5.820

Jamile de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº 7984

Independência do Brasil: 07 de setembro (feriado nacional); **Nossa Senhora Aparecida:** 12 de outubro (feriado nacional); **Dia do Piauí:** 19 de outubro (feriado estadual); **Finados:** 02 de novembro (feriado nacional); **Proclamação da República:** 15 de novembro (feriado nacional) e **Natal:** 25 de dezembro (feriado nacional).

f) Na cidade de Teresina/PI, além das datas aceitas como feriado nacional e estadual descritas na alínea "e" serão consideradas as seguintes: **Aniversário de Teresina:** 16 de agosto e **Nossa Senhora da Conceição:** 08 de dezembro (feriado municipal).

g) Nas cidades do interior do estado do Piauí, além das datas aceitas como feriado nacional e estadual descritas na alínea "e" serão consideradas como feriado local aquelas previstas em lei.

h) Considera-se feriado, igualmente, o dia 26 de outubro, **dia do frentista**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS HORAS EXTRAS E DA COMPENSAÇÃO

As horas extras, entendidas como aquelas que excedem a carga horária de 8 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) quando laboradas de segunda a sábado. Ocorrendo o labor aos domingos e feriados o adicional será de 100% (cem por cento), sobre o valor da hora normal de trabalho.

Parágrafo 1º - As horas excedentes a 8ª (oitava) diária, laboradas em um dia, serão compensadas com a redução equivalente da jornada em outro dia, respeitado o limite máximo de 10 (dez) horas de labor diário, o que implica dizer que, o excesso ou a diminuição de horas em um dia de trabalho, poderá ser compensado pela correspondente diminuição ou acréscimo em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal do mês.

Parágrafo 2º - A compensação a que se refere o parágrafo primeiro desta cláusula poderá ser efetivada, observando-se as disposições dos arts. 59 e 468, da CLT.

Parágrafo 3º - O trabalho em jornada extraordinária poderá ser prestado pelo empregado sem a necessidade de acordo prévio escrito, salvo na hipótese de compensação em que o ajuste expresso faz-se necessário, nos moldes do parágrafo anterior.

Parágrafo 4º - As disposições desta cláusula não se aplicam à jornada de trabalho 12 (doze) x 36 (trinta e seis).

CLÁUSULA OITAVA - DA AJUDA ALIMENTAÇÃO PARA EMPREGADOS DA CIDADE DE TERESINA

Todas as empresas da cidade de Teresina, que integram a categoria, fornecerão até o 5º (quinto) dia útil do mês, para todos os seus empregados que contribuam com o ente laboral, nos termos da cláusula 12ª desta CCT, uma "Cesta Básica" mensal no valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais), sem qualquer natureza salarial e integração à remuneração, para quaisquer efeitos. As diferenças, caso existentes, deverão ser quitadas em até 2 (duas) vezes.

Sebastião Oliveira
Diretor Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP

Alexandre Cavalcanti Valença
CPF 611 068 014 15

Anselmo Barbosa de Miranda Costa
Advogado - OAB/PI 5.820

Jamile de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº 7984

Parágrafo único - Os empregados admitidos, seja qual for o dia do mês, terão direito ao recebimento da "Cesta Básica", do mês imediatamente seguinte ao da admissão.

CLÁUSULA NONA - DA AJUDA ALIMENTAÇÃO PARA EMPREGADOS DAS CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Todas as empresas do interior do Estado do Piauí, que integram a categoria, fornecerão até o 5º (quinto) dia útil do mês, para todos os seus empregados que contribuam com o ente laboral, nos termos da cláusula 12ª desta CCT, uma "Cesta Básica" no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), sem qualquer natureza salarial e integração à remuneração, para quaisquer efeitos. As diferenças, caso existentes, deverão ser pagas em até 2 (duas) vezes.

Parágrafo único - Os empregados admitidos, seja qual for o dia do mês, somente terão direito ao recebimento da "Cesta Básica", do mês imediatamente seguinte ao da admissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas ficam obrigadas a assegurar seus empregados em apólice de vida em grupo, gratuitamente, em capital não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em caso de morte natural ou acidental.

Parágrafo 1º- Em caso de morte natural ou acidental do empregado, seus familiares pagarão para o ente laboral a quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da indenização quando do seu recebimento.

Parágrafo 2º - O seguro de vida referido será contratado com a seguradora credenciada pelas entidades sindical patronal e laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

As empresas se obrigam a cumprir as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, desde que aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis e loja de conveniência.

Parágrafo 1º - Nos termos da portaria nº. 1109, de 20 de setembro de 2016, do Ministério do Trabalho e Emprego, item 5 e sub item 5.3, a capacitação dos trabalhadores poderá ser realizada na modalidade Ensino à Distância (EAD).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONTRIBUIÇÕES AOS ENTES SINDICAIS

Conforme consta da Ata da Assembléia Geral do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, TROCA DE ÓLEO, LAVA RÁPIDOS E LOJA DE CONVÊNIECIA DO ESTADO DO PIAUÍ – SINPOSPETRO-PI, CNPJ nº 32.887.702/0001-25, com sede na Rua Arlindo Nogueira 333, Ed. Luis Fortes SL-103 Tel: (86) 3222-0937, e-mail: frentistapi@hotmail.com, foi aprovada a cobrança sobre os salários dos empregados, da Contribuição Assistencial, na proporção de 1,5% (hum e meio por cento) sobre a remuneração

Sebastião Oliveira
Diretor Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP

Alexandre Cavalcanti Valença
CPF 611 068 014 15

Anselmo Barbosa de Miranda Costa
Advogado - OAB/PI 5.820

Jamile de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº 7984

mensal e, 13º salário, a ser recolhida até o dia 10 (dez) de cada mês, subsequente ao vencido, a partir do mês base Janeiro/2020.

Parágrafo 1º - Os empregadores se obrigam a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles previamente autorizados, as contribuições devidas recolhendo as mesmas ao SINPOSPETRO-PI, conforme os arts. 545, 578, 579 e 582, da CLT.

Parágrafo 2º - O empregado que não tiver trabalhado no mês destinado ao desconto, serão descontados no primeiro mês seguinte ao reinício do trabalho, procedendo-se o recolhimento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo 3º - Conforme consta da Ata da Assembléia Geral do Sindicato Profissional, foi aprovada a cobrança da Contribuição Negocial Anual, na proporção de 1,5% (hum e meio por cento) sobre a remuneração mensal de cada empregado, inclusive 13º salário, exigida em parcela única, ressalvada a oposição individual do empregado que não concordar com o desconto, nos termos da lei, e no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento.

Parágrafo 4º - Conforme consta da Ata da Assembléia Geral do Sindicato da Categoria Econômica é devida a Contribuição Negocial Anual pelas empresas, em favor do **SINDICATO DOS POSTOS REVENDADORES DE COMBUSTÍVEIS DO ESTADO DO PIAUÍ - SINDIPOSTOS**, no valor de R\$ 522,50 (quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), em única parcela, mediante guia própria a ser enviada, ressalvada a oposição individual da empresa que não concordar com o pagamento, nos termos da lei e no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATOS DE TRABALHO

A homologação da rescisão de contratos de trabalho, a critério do empregador, poderá ser realizada na sede do ente sindical laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Fica acordado uma multa de 35% incidente sobre o piso salarial do frentista em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas desta convenção, a ser convertida para a parte prejudicada, sendo 20% para o trabalhador ou para o empregador e 15% para a entidade sindical que representa a parte que sofreu o prejuízo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPRESENTAÇÃO

A Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO encontra-se representada dentro do Estado do Piauí, pelo Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sebastião Oliveira, com mandato para o período de 2016 a 2020, nos termos no artigo 18, C, do Estatuto da entidade laboral.

Sebastião Oliveira
Diretor Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP

Alexandre Cavalcanti Valença
CPF 611 068 014 15

Anselmo Barbosa de Miranda Costa
Advogado - OAB/PI 5820

Jamile de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº7984

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO COMPETENTE

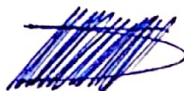
As divergências oriundas da aplicação dessa convenção coletiva de trabalho serão dirimidas exclusivamente pela Justiça do Trabalho de Teresina-PI.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 1º de Janeiro de 2020 e término em 31 de Dezembro de 2020, estando mantida a data-base para 1º de Janeiro.

Estando assim, devidamente ajustadas, as partes ora convenientes firmam o presente instrumento de Convenção Coletiva de Trabalho em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Teresina, 05 de Fevereiro de 2020.



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE
PETRÓLEO - FENEPOSPETRO

Eusébio Luiz Pinto Neto - Presidente

CPF: 087.863.305-78

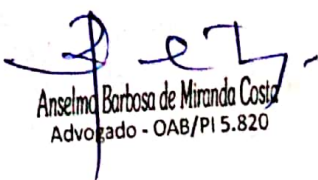


FEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - FECOMBUSTÍVEIS

Paulo Miranda Soares - Presidente

CPF: 134.826.376-87


Sebastião Oliveira
Diretor Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP


Anselma Barbosa de Miranda Costa
Advogada - OAB/PI 5.820

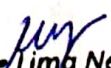

Jamilé de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº7984

TABELA SALARIAL - JAN. A DEZ.2020.

1. FRENTISTA, PESSOAL DE ESCRITÓRIO, VIGIAS e OUTROS

Piso Salarial.....	R\$	1.084,82
Adicional de Periculosidade (30%).....	R\$	325,45
Salário.....	R\$	1.410,27
Hora extra (50%): Jornada de 06 h/dia.....	R\$	11,76
Hora extra (100%): Jornada de 06 h/dia.....	R\$	15,67
Hora extra (50%): Jornada de 08 h/dia.....	R\$	9,62
Hora extra (100%): Jornada de 08/dia.....	R\$	12,82


2. GERENTE, CHEFE OU SUPERVISOR DE PISTA E/OU ASSEMELHADOS:


Piso Salarial.....	R\$	1.301,79
Adicional de Periculosidade (30%).....	R\$	390,54
Salário.....	R\$	1.692,33
Hora Extra (50%): Jornada de 06 h/dia.....	R\$	14,10
Hora Extra (100%): Jornada de 06 h/dia.....	R\$	18,80
Hora extra (50%): Jornada de 08 h/dia.....	R\$	11,54
Hora extra (100%): Jornada de 08/dia.....	R\$	15,40

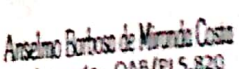
3. LAVADOR, ENXUGADOR E TROCADOR DE ÓLEO:

Piso Salarial.....	R\$	1.084,82
Adicional de Insalubridade (20%).....	R\$	216,96
Salário.....	R\$	1.301,78
Hora Extra (50%): Jornada de 06 h/dia.....	R\$	10,85
Hora Extra (100%): Jornada de 06 h/dia.....	R\$	14,47
Hora extra (50%): Jornada de 08 h/dia.....	R\$	8,88
Hora extra (100%): Jornada de 08/dia.....	R\$	11,84


Sebastião Oliveira
Diretor Responsável por
Organização do Estado
RG 2 480 486-2/SP


Jamila de Lima Nery
Advogada
OAB/PI Nº7984


Alexandre Cabral de Valença
CPF 611 068 014 15


Anselmo Barbosa de Miranda Costa
Advogado - OAB/PI 5.820

AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR006797/2020**

FEDERACAO NACIONAL EMPREG POSTOS SERV COMB DERIV PETR, CNPJ n. 69.122.257/0001-12, localizado(a) à Rua Joaquim Távora - até 413 - lado ímpar, 25, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04015-000, representado(a), neste ato, por seu Diretor, Sr(a). SEBASTIAO OLIVEIRA, CPF n. 754.457.358-34, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 21/12/2019 no município de Teresina/PI;

E

FEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DE LUBRIFICANTES, CNPJ n. 33.954.256/0001-97, localizado(a) à Avenida Rio Branco - de 067 a 115 - lado ímpar, 103, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-004, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). ALEXANDRE CAVALCANTI VALENCA, CPF n. 611.068.014-15

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR006797/2020, na data de 11/02/2020, às 23:34.

_____, 11 de fevereiro de 2020.

**SEBASTIAO OLIVEIRA**

Diretor

FEDERACAO NACIONAL EMPREG POSTOS SERV COMB DERIV PETR**ALEXANDRE CAVALCANTI VALENCA**

Procurador

FEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DE LUBRIFICANTES